

MESA 28 | Divisão Sexual d Trabalho (Produção e Reprodução) e Relações de Gênero: mudanças, permanências e significados

ENTRANDO NO ARCO-ÍRIS: RUPTURAS, REARRANJOS OU REPRODUÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ENTRE CASAIS HOMOSSEXUAIS?

* Fabio Pessanha Bila

A divisão sexual do trabalho é um tema que foi discutido nas Ciências Sociais desde seus autores clássicos. A ideia que dominou o debate sobre a temática, principalmente no século XIX, compreendia a questão a partir do pressuposto da complementaridade natural entre os sexos e do tabu do incesto. Estas eram percebidas enquanto norma que organizava todas as sociedades. Entretanto, profundas transformações sociais ocorreram no final do século XX. Tais mudanças questionaram todas as premissas referentes às relações entre homens e mulheres. Consequentemente as ideias clássicas sobre a divisão sexual do trabalho e o tabu do incesto foram interrogadas. As perguntas colocadas a esses temas abalaram a ideia de uma natureza como reguladora das normas entre os sexos, demonstrando que o que se entendia como funções harmônicas ditadas pela natureza, mascarava uma hierarquia. Esta produz uma violenta desigualdade social, política e econômica entre homens e mulheres. Um novo paradigma foi criado para explicar tal divisão sexual do trabalho demonstrando que, ela é socialmente e culturalmente produzida, derrubando qualquer explicação vinculada à natureza. Dentre essas transformações vivenciamos o reconhecimento jurídico das uniões entre casais homossexuais, no Brasil, desde o ano de 2011. Este feito foi um marco na luta do movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - no Brasil. Com isso, nosso objetivo é discutir como os casais homoafetivos fraturam a ideia de complementaridade natural entre os sexos que sustenta a desigualdade entre homens e mulheres.

* Doutorando em Sociologia Política pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro UENF e Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Santa Cruz UESC. E mail: fpbila@hotmail.com

Introdução e construção das nossas questões

O presente artigo é um desdobramento das reflexões, ainda em processo de construção, na minha tese. Apresentarei os principais objetivos de minha pesquisa e os caminhos teóricos que darão suporte a mesma. O intuito de apresentar esse texto é dialogar para amadurecer as questões suscitadas no trabalho de doutorado.

As indagações apresentadas são um desdobramento das pesquisas sobre a temática de gênero, em específico a homossexualidade, desenvolvidas por mim desde a graduação em Ciências Sociais. Tais estudos foram realizados no Atelier de Estudos de Gênero – ATEGEN - da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Os questionamentos que conduziram tais trabalhos buscaram compreender as consequências que a homofobia acarreta a cidadania dos homossexuais.

A luta do movimento homossexual teve início com a Rebelião de Stonewall,¹ ocorrida na noite de 28 de junho, de 1969, nos Estados Unidos. Tal fato teve repercussões internacionais e consolidou a organização dos homossexuais, em grupos de luta pela cidadania, nos países ocidentais. As bandeiras levantadas por este movimento tiveram por objetivo romper com os valores heteronormativos, ou seja, desconstruir o mito da heterossexualidade como ‘norma natural’ da sexualidade humana. Tal norma busca explicar o mundo, definir os desejos e as formas de afetos considerando-as ‘naturais’ e ‘normais’. A legitimação da heterossexualidade tem como intuito garantir a estabilidade dos valores morais como: o casamento monogâmico, a definição jurídica e social que considera família apenas aquela formadas por um homem e uma mulher e a hierarquia entre os gêneros, a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a sexualidade humana. Podemos, então, definir que o movimento homossexual buscava lutar pela dissolução da heteronormatividade.²

1 Tal rebelião resultou da ação policial que tinha como objetivo interditar o bar chamado Stonewall Inn, localizado em Christopher Street, alegando que o estabelecimento havia descumprido a lei seca que proibia a venda de bebidas alcoólicas. Os frequentadores do bar reagiram à ação da polícia e iniciaram um protesto que durou todo o fim de semana. Protestaram com palavras de ordem como “Poder Gay”, ‘Sou bicha e me orgulho disso’, ‘Eu gosto de rapazes.’ In: FRY, Peter e MACRAE. O que é homossexualidade. São Paulo : Abril Cultural/Brasiliense, 1985. P. 96-97. 3

Na contemporaneidade o movimento homossexual se tornou visível e teve impacto sobre mundo ocidental como ressaltou Elisabeth Badinter³. Uma das conquistas mais significativas da luta dos homossexuais, no Brasil, é sem dúvida o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas pelo Supremo Tribunal Federal no dia 05 de maio de 2011. Tal fato foi amplamente divulgado e discutido na mídia televisiva e escrita brasileira, o que evidenciou a importância social desta temática. Tal fato me despertou o interesse acadêmico de compreender se as relações homoafetivas rompem com a norma heterossexual da divisão sexual do trabalho, com os papéis sociais tradicionais de gênero e qual importância destas para os estudos de gênero. Busco, então, analisar de que forma os casais homossexuais (gays e lésbicas) estruturam sua vida conjugal.

Minhas inquietações foram aguçadas, ainda mais, quando no ano de 2012 os programas da Rede Globo de Televisão como o ‘Mais Você’ da apresentadora Ana Maria Braga, o Programa ‘Encontro’ apresentado por Fátima Bernardes e o programa ‘Na Moral’ do jornalista Pedro Bial discutiram o tema do que se chama popularmente de ‘casamento gay’. Foram convidados para falar, nos referidos programas, casais que fizeram o reconhecimento jurídico de suas uniões no ano de 2012. As discussões nestes programas foram centradas em dois pontos. O primeiro no fato do reconhecimento jurídico, das uniões homofetivas, ser uma afirmação da cidadania dos homossexuais, o segundo sobre o cotidiano dos casais de gays ou de lésbicas. Os casais que estavam presentes nesses programas eram perguntados sobre como é a divisão das tarefas domésticas. No geral as perguntas eram feitas de seguinte forma: quem tem mais ‘jeito’ para cozinhar? Para cuidar dos filhos, caso haja? A decoração da casa quem faz? Entre outras questões. As respostas a essas questões eram quase sempre tangenciadas. Um fato, que nos chamou a atenção, no programa ‘Na Moral’, foi um casal de lésbicas que celebrou o reconhecimento civil da união no programa. A produção do programa organizou a cerimônia e vestiu as noivas. Uma delas passou por todos os processos de beleza de uma noiva heterossexual culminando no uso do vestido de noiva branco, e a outra fez apenas um penteado no cabelo e usou um terno. É nesse ponto que nosso

2 Ver GREEN, James N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo : UNESP, 2000, _____ Et Al (orgs). Homossexualismo em São Paulo e outros escritos São Paulo : UNESP , 2005 e _____. POLITO, Ronald. Frescos Trópicos: Fontes sobre a homossexualidade Masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro : José Olimpio, 2006.

3 BADINTER, Elisabeth. Op. Cit. pp. 114

projeto se faz relevante e original, pois buscaremos pensar se há uma reprodução ou reformulação do padrão heteronormativo entre os casais homoafetivo.

Nesse sentido, o cerne da nossa questão é compreender se as uniões entre pessoas do mesmo sexo reformulam o paradigma naturalista da heterossexualidade que embasa a clássica divisão sexual do trabalho e o modelo tradicional de família burguesa. E também qual a importância do reconhecimento jurídico dessas uniões para esses casais, bem como as suas representações de gênero.

O que é e para que serve a divisão sexual do trabalho: uma longa história...

Estudos antropológicos e históricos, realizados por Elisabeth Badinter, Bourdieu e Maurice Godelier, buscaram compreender de que forma a divisão sexual do trabalho foi desenvolvida ao longo da história da humanidade. Certamente muito desses estudos são permeados por uma concepção científica pautada no evolucionismo e no positivismo, sejam eles, vinculados ao ramo das ciências biológicas ou mesmo das ciências humanas. Mesmo correndo o risco de reproduzir as distorções desses estudos, tentaremos mapear o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho entre as sociedades humanas. Ter pistas de como tal processo se desencadeou é importante para entendermos a hierarquia de gênero existente em nossa sociedade. No período da pré-história, cabia às mulheres cuidar das crianças e aos homens, a caça e a guerra. Essa divisão sexual de tarefas desenvolveu em cada um dos sexos características distintas, próprias ao homem e à mulher. Isso teve forte reflexo sobre a construção das identidades do feminino e do masculino ao extremo de serem consideradas naturais. Buscaremos descrever de forma breve o desenvolvimento dessas relações gênero.

Uma pergunta instigante feita por Badinter pode ser o fio condutor: *Na época da fecundação in vitro e das possíveis manipulações genéticas, o que restará de inalterável que nos mantenha indissoluvelmente ligados a nossos ancestrais mais longínquos?*⁴ Acreditamos que a divisão sexual do trabalho é um desses elos que nos mantém ligados a esse passado longínquo.

4 BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. P. 13.

A divisão sexual do trabalho desde a pré-história foi concebida como algo inscrito na natureza. Essa ideia sustenta o pressuposto da complementaridade entre os sexos. Ela está inscrita nos corpos, nos órgãos genitais, ou seja, é evidente e dada pela ordem considerada como natural. Logo essa ordem determina as funções sociais próprias de cada um dos sexos. Tal argumentação sustenta a ideia de que o modelo de divisão sexual do trabalho é uma constante em qualquer sociedade e pode ser identificada até mesmo no mundo animal. É pensada como algo universal, próprio da natureza humana. Essa suposição ocupa o mesmo status dado por Levi-Straus à proibição do incesto. Essa explicação, entretanto inviabiliza a possibilidade de se pensar em transformações no modelo clássico da divisão sexual do trabalho e a legitimidade de outras sexualidades porque considera que há uma lei universal em toda organização social.⁵

Desde a pré-história a divisão sexual do trabalho esteve associada à ideia de complementaridade. Para Badinter a origem dela se deve ao fato de

O regime alimentar humano implica a divisão de tarefas e de recursos. Em todos os grupos primitivos conhecidos, a caça cabe normalmente ao homem, a colheita à mulher. A aliança da carne com os legumes é essencial para o equilíbrio alimentar de cada um dos sexos. Portanto um e outro trocam suas provisões: proteínas animais por proteínas vegetais. Provavelmente nessa troca primitiva reside a primeira diferença entre o humano e o primata, ao mesmo tempo fonte de complementaridade dos sexos e de um fenômeno social totalmente humano.⁶

Podemos pensar a divisão de tarefas como um fenômeno social por ser resultado de um contrato estabelecido entre homens e mulheres. Embora ele queira nos parecer natural, legitimando a ideia da complementaridade dos papéis sexuais, sua origem se deve ao fato das mulheres ficarem responsáveis por todo o processo de gestação e aleitamento dos filhos. Isso dificultava a capacidade de caçar das fêmeas, restava a elas a coleta de vegetais. A proteína animal era garantida pelos machos que ficavam responsáveis pela caça. Assim, esse processo resultou em que:

Doravante, a mãe pode se ocupar de vários filhotes ao mesmo tempo. Ela se ausenta menos e passa a vida num território restrito, que conhece a fundo. Enquanto ela colhe os vegetais, os machos vão

5 Pensamento compartilhado por LEIBOWITZ, Lila. Aux commencements...: origines de la division sexuelle du travail et développement des premières sociétés humaines. In: CHEVILLARD et LECONTE. Travail des Femmes Pouvoir des homme, Montreuil, La Brèche – PEC, 1987, BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 e BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte : Autêntica. 2010.

6 BADINTER, Elisabeth. *Op Cit*, p. 28

procurar a carne que, em seguida, dividirão com ela e os filhotes, que sobrevivem mais facilmente, graças a essa repartição das tarefas.⁷

A hipótese defendida por Badinter é que mesmo com a divisão das tarefas, (caça para o homem e a agricultura para mulher), havia uma certa equidade entre os sexos, pois ambos dependiam um do outro. No entanto, com o desenvolvimento tecnológico a divisão sexual do trabalho se intensificou e impôs definições de espaços e papéis sociais para cada um dos sexos. A utilização do arado de metal e a inserção de animais na atividade agrícola excluiu completamente as mulheres dessa atividade. Tal processo interferiu até mesmo nas explicações míticas sobre a fertilidade da terra que estavam até então associadas à mulher. Com os novos instrumentos produtivos as mulheres deixaram de ser responsáveis pela fertilidade. O sêmen viril passou a ser o fertilizante da terra. *A charrua-falo concedeu ao homem um papel cada vez mais importante, transformando-o em fertilizador da terra.*⁸

O domínio da tecnologia pelos homens fortalece a divisão sexual do trabalho, impondo uma diferença social, política e econômica entre homens e mulheres. Se o que tornava a relação entre os sexos mais equânime antes do aprimoramento tecnológico era a fertilidade da mulher, essa perderá completamente seu poder.

Os filósofos gregos já argumentavam que o papel masculino era extremamente importante na geração, pois o princípio da humanidade era advindo do homem, portanto do esperma. Ficava entendido que o homem era responsável pela transmissão da alma e a mulher apenas da matéria corpórea desprovida de razão. Dessa forma Badinter observa:

O papel da mãe é duplamente desvalorizado. Aristóteles, como os homens de seu tempo, teimará constantemente em provar que a ‘mulher não engendra por si mesma’, em outras palavras, teimará em pôr fim às antigas crenças na partenogênese. Além do mais, se a fêmea possui a mesma alma que o macho, por que ela não engendraria sozinha? A resposta é simples: a fêmea não possui a mesma alma que o macho. A alma cognitiva só se transmite através do macho.⁹

Esse pressuposto pode ser identificado em sociedades como os baruya, na Nova Guiné. Maurice Godelier verificou que o mito sobre a fecundidade naquela sociedade explica que um filho nada mais é do que o produto do esperma. Quando

⁷ *Idem, ibidem.* p. 30

⁸ *Ibidem.* p. 74

⁹ *Idem, Ibidem* p. 110

encerrado na mulher ele se mistura aos líquidos femininos. Se o esperma vencer tais líquidos a criança será do sexo masculino, caso contrário, será uma menina. Consideram, ainda, que o alimento do feto se dá pelos repetidos coitos que o fazem crescer no ventre da mãe.¹⁰

Com o desenvolvimento tecnológico, político e econômico da sociedade ocidental os homens se apropriaram cada vez mais do mundo público, delegando às mulheres o mundo privado. Constituiu-se então uma rígida divisão sexual do trabalho que terá consequências sociais, políticas e econômicas para as mulheres até a contemporaneidade.

Para Bandinter, Bourdieu, Perrot, Duby e Lévi Strauss o casamento, comandado pela lei da exogamia e pela proibição do incesto, institucionalizaram a divisão sexual do trabalho e a ideia da heterossexualidade como natural e universal. Para Georges Duby:

Os ritos de casamento são instituídos para assegurar, em ordem, a repartição das mulheres entre os homens, para disciplinar em torno delas a competição masculina, para socializar a procriação. Designando quem são os pais, eles acrescentam uma outra filiação à filiação materna, a única evidente. O casamento funda relações de parentesco [...] é ele que dá à mulher um duplo *status* de objeto. Ela é objeto para o pai que a troca. Ela continua sendo um objeto para o marido que a obtém.¹¹

A interpretação de Bandinter, sobre a lei do incesto defendida por Lévi-Strauss, considera que o próprio vocábulo utilizado pelo antropólogo para referir-se às mulheres as equiparam a objetos. Os termos usados são ‘objetos de troca’, ‘prestações’ e ‘bens’. A autora identifica ainda que:

As mulheres não têm somente um valor econômico para os homens que as trocam. Têm inicialmente o valor de paz e de alianças. Se o incesto é proibido em todo lugar, se as mulheres são ‘congeladas’ no seio da família, é menos por razões morais ou biológicas do que sociais. Cada um renuncia à filha ou à irmã, com a condição de que seu vizinho faça o mesmo e de que se possa trocá-las mutuamente. Assim, a hostilidade natural entre os grupos transforma-se em relações de aliança. Cada um sabe que, trocando suas irmãs, os irmãos ganham cunhados para ir caçar; suas amizades se alargam, e por esses dons recíprocos, eles passam “da angústia à confiança”.¹²

Com o casamento os homens têm a segurança da filiação legítima e a garantia da sua sucessão. Associado à proibição do incesto consolida-se a submissão

10 GODELIER, Maurice. *La production des grands hommes*. Fayard, 1982.

11 DUBY, Georges. *Le chevalier, la femme et le prêtre*, Hachette. 1981, p.23

12 BADINTER, Elisabeth. *Op. Cit.* P. 122 e 123.

das mulheres aos homens e a naturalização da heterossexualidade como norma universal da sexualidade humana.¹³ Essas premissas sustentam o modelo patriarcal e heterossexual por duas condições como explica Badinter:

a primeira é que o casamento guarde o significado de uma troca de mulheres; a segunda, ela própria condição da primeira que a assimetria entre os sexos seja mantida, em outras palavras, que as mulheres continuem assimiladas à categoria de objetos. A história e a etnologia mostram claramente que todas as sociedades patriarcais gastaram tesouros de energia e de astúcias para impor, por bem ou por mal, essa assimetria. Algumas, inclusive, não hesitaram em radicalizar ao extremo, a ponto de fazer do um o inverso do outro.¹⁴

Durante os séculos XVIII e XIX foram elaboradas explicações da diferença entre os sexos, pautadas na ciência e não mais na metafísica. Durante a Antiguidade e a Idade Média nos revela Thomas Laqueur, o modelo de sexo único (*model one-sex*)¹⁵ explicava a diferença entre os sexos. Considerava que a mulher era um homem invertido. Os padrões deste modelo eram os órgãos sexuais masculinos, nesta concepção o útero equivalia ao escroto masculino, os ovários eram os testículos, a vulva o prepúcio e a vagina era o pênis. Este modelo baseou-se na concepção metafísica, e tinha como ideal de perfeição humana o sexo masculino, sendo o feminino um homem invertido e logo inferior. Essa inferioridade era explicada pela teoria do *calor vital*, que afirmava que faltava à mulher a força ou a intensidade de *calor vital* para que seu corpo evoluísse até o estágio do macho. Desta forma, o modelo de sexo único considerava que apenas o sexo masculino havia atingido a culminância na escala evolutiva, sendo a mulher um representante inferior do mesmo. Segundo Laqueur, esse paradigma da diferença foi construído em torno dos impasses da igualdade imposta pela Revolução Francesa.¹⁶

Foi a ciência do século XIX que elaborou um novo paradigma de explicação para as diferenças entre homem e mulher em oposição ao descrito anteriormente. O novo paradigma denominado modelo de dois sexos (*two-sex model*) parte do pressuposto bipolar, ou seja, da diferença biológica entre homem e mulher, (esta diferenciação foi possível a partir da dissecação de cadáveres). Para os médicos ou

13 Pensamento corroborado por BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010. Pp.52 a 74.

14 BADINTER, Elisabeth. *Op. Cit.* p130.

15 Expressão utilizada pelo autor.

16 LAQUEUR, Thomas. *Inventado o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 35.

naturalistas da época havia uma série de oposições e contrastes entre o masculino e o feminino. Estas diferenças biológicas interferiam no comportamento social de homens e mulheres. A partir dessa concepção, a mulher foi considerada biologicamente inferior ao homem. No plano social significou que a mulher por sua natureza inferior era propícia ao mundo do privado e estava impedida de participar do mundo público, devido à sua inferioridade intelectual e moral. No século XIX o modelo de explicação de diferenças entre homens e mulheres estava definido.

A partir do paradigma teórico do século XIX a mulher passou de inverso à complementaridade natural do masculino, estabelecendo a norma dos sexos. Os indivíduos que não se adequavam a esse modelo eram considerados invertidos, o inverso do homem. Com isso, a homossexualidade masculina passou de pecado, na Idade Média, a doença moral e perversão e posteriormente em crime/delito, legitimado pela ciência moderna. A utilização dessa nova concepção sobre a sodomia se consolidou como forma de demonstrar o poder explicativo da ciência em relação ao poder da Igreja. O homossexual se nivelava ao feminino, pois mesmo tendo um corpo masculino, desejava sexualmente um outro corpo masculino. Segundo Laqueur o invertido apresentava um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sensual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. Para os naturalistas do século XIX, era imprescindível que o homossexual apresentasse características femininas, caso contrário, não poderia ser considerado um invertido, esta associação ainda pode ser verificada hoje em nossa sociedade.

A explicação científica sobre os sexos possibilitou que os papéis sociais fossem definidos a partir dos órgãos sexuais. A divisão sexual do trabalho estava assim legitimada por uma ordem natural e social que a considerava como algo próprio da complementaridade dos sexos. Não se pensava tal divisão como hierárquica ou desigual.

Durante a Revolução Francesa podemos identificar os argumentos de pensadores para legitimar essa ordem. Em “Palavras de Homens”, Elisabeth Badinter, relatou o debate travado sobre os direitos das mulheres, entre os revolucionários franceses nos anos de 1790 a 1793, demonstrando que a exclusão da mulher da cidadania foi o resultado de decisão política e não de esquecimento. O conflito que dividia os protagonistas da revolução era: *a Declaração dos Direitos do Homem aplica-se a todos os seres humanos, seja qual for o seu sexo, religião ou*

raça, ou antes diz respeito apenas aos homens, machos? ¹⁷ Condorcet, Pierre Guyomar e Lequinio argumentavam que homens e mulheres possuíam direitos iguais, e que a metade da humanidade não poderia excluir a outra de seus direitos cívicos. Condorcet era favorável a uma educação igual para os dois sexos e de profissões semelhantes para ambos, seu pensamento foi ousado para época e por isso quase não teve adeptos. Embora, Lequinio fosse defensor da aplicação dos direitos civis das mulheres, ele admitia que elas eram diferentes dos homens: *Sua constituição mais débil... a textura mais frouxa e a irritabilidade de suas fibras lhes proíbe o duro exercício das armas, o perigo dos combates e as fadigas morais do governo político.*¹⁸

Os filósofos, Amar, Prudhomme, Chaumette e outros se apoiaram nas teses de Rousseau para zombar dos argumentos de Condorcet. O pensamento de Rousseau foi triunfante no fim do século XVIII. Com a publicação de *O Emílio*, em 1762, o papel da mulher na sociedade estava definido, pois dela dependia a felicidade conjugal e da família, *tudo dependia da mulher e de sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada*¹⁹. O papel da mulher na sociedade, afirmava Rousseau, estava dado pela complementaridade dos sexos. Isso fica evidente ao definir as atribuições de Emílio e de Sofia, sua companheira. A ele cabe a força, a audácia e a conquista do mundo exterior; a ela, a doçura, a modéstia, as atividades caseiras e o poder sobre o pessoal da casa.

Com veemência afirmou Rousseau: *Só a mulher deve mandar na casa... Mas ela deve limitar-se ao governo doméstico, não se meter com as coisas de fora, e se manter encerrada em casa*²⁰. As analogias feitas, por ele, entre a casa e o convento, revelam o ideal feminino em Rousseau. Dessa forma, o sacrifício e a reclusão caracterizavam o destino das mulheres. Aquelas que ousassem trilhar outro caminho pagariam com sua virtude e sua vida, pois seriam comparadas a monstros. Uma mulher deveria saber silenciar seus sofrimentos e dedicar sua vida inteiramente aos seus familiares, pois isto, é a função que a natureza lhe destinou, sendo sua única chance de

¹⁷ BADINTER, Elizabeth (org. e apres.). *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 12.

¹⁸ BADINTER, Elizabeth (org. e apres.). *Op. cit.*, p. 16.

¹⁹ Idem p. 19.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 20.

felicidade. Esse discurso se tornou dominante durante e depois da Revolução Francesa mesmo entre os mais fervorosos republicanos. A conclusão do debate foi que as mulheres não exerceriam os direitos cívicos e políticos, uma vez que a natureza já havia definido que sua felicidade se encontrava no lar, no cuidar de sua família. Às mulheres que transgredissem as normas sociais estabelecidas Chaumette advertia:

Assim como veneraremos a mãe de família que encontra sua felicidade e sua glória cuidando de seus filhos e educando-os, tecendo os trajes de seu marido e aliviando as fadigas deste com o cumprimento dos deveres domésticos, também devemos desprezar e rejeitar a mulher sem-vergonha, que enverga túnica viril.²¹

Essas teses consolidaram o lugar da mulher na sociedade. Os valores da nascente burguesia exaltavam o papel da mulher como mãe e esposa. O ideário burguês afirmava que a riqueza de uma nação dependia em primeiro lugar de uma população numerosa. Eram necessários trabalhadores em tempo de paz e homens que empunhassem o fuzil na guerra. Fazia-se necessário erradicar a mortalidade infantil, que ceifava a vida das crianças antes dos dez anos de idade, por falta de cuidados maternos. As mulheres foram convocadas a cuidar da nação, o que as tornou prisioneiras do lar e lhes proibia qualquer ação no espaço público. Àquelas que ousassem transgredir o modelo, estariam traindo a natureza e sendo comparadas a monstros. Percebemos que os homens se empenharam em definir os papéis e as funções de cada sexo. A insistência nos signos e nos limites da feminilidade foi para os homens uma forma de demarcar seu território, de manter uma rígida e intransponível fronteira entre o masculino e o feminino e da divisão sexual do trabalho. Com isso, as mulheres foram consideradas incapazes intelectual e moralmente de exercerem seus direitos cívicos e políticos, elas foram comparadas às crianças e aos loucos. Essas teses foram corroboradas pelo movimento sindical no século XIX.²²

Foi no final do século XX que a divisão sexual do trabalho passou a ser estudada fora da concepção de complementaridade. Com o movimento feminista em fim dos anos de 1970 as mulheres questionaram a ordem imposta pela divisão sexual do trabalho. Demonstraram as desigualdades sociais, políticas e econômicas que essa

²¹ Idem, *ibidem*, p. 23-24.

²² PERROT, Michelle. O Elogio da dona-de-casa no discurso dos operários franceses no século 19. In: PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo : EDUSC, 1998.

divisão acarretava para elas. Elas analisaram concretamente as diversas relações sociais que estruturam a divisão sexual do trabalho.²³

As críticas feministas e os estudos gays e lésbicos atacavam o arcabouço teórico que legitimava a divisão sexual do trabalho. Principalmente o argumento da complementaridade natural entre os sexos seu pressuposto fundamental. Autores como Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Daniel Borrilo, Elizabeth Badinter, Helena Hirata, Danièle Kergoat consideram que a divisão sexual do trabalho é a base da dominação masculina. Essa dominação hierarquiza as relações entre homens e mulheres, bem como as relações homens/homens. Tal dominação é produto de um duplo paradigma naturalista e estabelece uma hierarquia entre os sexos.²⁴ Para entendermos como funciona a divisão sexual do trabalho Bourdieu considera que:

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças (já foi comentado que o tempo materno pode mais facilmente ser interrompido), mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos.²⁵

O estudo de, Elisabeth Souza-Lobo, apontou o quanto esse pensamento limita uma análise da possibilidade de se pensar a atuação das mulheres nas representações da classe operária e a situação de opressão vivenciada por elas no mercado de trabalho. Os argumentos para explicar a não participação das mulheres nos sindicatos eram pautados em discursos sobre a ‘natureza feminina’, em que as mulheres são consideradas dóceis e submissas. A percepção de uma classe trabalhadora homogênea, masculina, não possibilitou pensar que as operárias possuíam uma dupla jornada pois, além da jornada de trabalho, eram responsáveis pelo trabalho da reprodução.²⁶

23HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena. (Orgs). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo. Senac.2003. Pp.111-123

24 WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *In*: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 2001, p. 460.

25 BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. P. 117

26SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo : Brasiliense.

A vinculação das mulheres à esfera da reprodução inexoravelmente às excluiu do campo sócio-político. As consequências dessa exclusão não foram pensadas pela teoria marxista, pois as relações de sexo foram tidas como complementares e inscritas na natureza.²⁷

Welzer-Lang e Bourdieu sugerem que devemos pensar a relação entre os sexos a partir de uma análise objetiva. Para esses autores a dominação masculina é praticada individualmente e coletivamente na esfera pública e privada, conferindo privilégios materiais, simbólicos e culturais aos homens. Essa dominação se articula às outras relações sociais como as de classe, etnia e idade, produzindo uma assimetria entre os gêneros, em que os dominados não percebem essa relação desigual.²⁸

Perrot demonstra como a divisão sexual do trabalho acarreta danos às mulheres. O trabalho desempenhado por elas mesmo no mundo público é uma extensão do trabalho doméstico, ou seja, funções que sejam adequadas à “natureza” feminina. Dessa forma, as mulheres não possuem carreiras, mas trabalhos que não fujam das qualidades consideradas ‘inatas’ e físicas das mulheres. Elas são secretárias, empregadas domésticas, costureiras, enfermeiras dentre outras. Mesmo quando desempenham profissões masculinas como por exemplo na montagem eletrônica em que se exige precisão aguçada, as mulheres ocupam postos em que são valorizados seus atributos considerados femininos como delicadeza, sensibilidade e doçura. Os trabalhos desempenhados por mulheres são sempre temporários ou de meio expediente. Elas devem achar um equilíbrio entre os serviços domésticos e o emprego, que não rompa com a clássica divisão sexual do trabalho. Sobre o que é um trabalho de mulher Perrot nos diz:

Qualificações reais fantasiosas como “qualidades” naturais e submetidas a um atributo supremo, a feminilidade: tais são os ingredientes da “profissão de mulher”, construção e produto da relação entre os sexos. De certa maneira, estas qualidades, empregadas inicialmente na esfera doméstica, geradora de serviços mais do que de mercadorias, são valores de uso mais do que valores de troca. Elas não têm preço, em suma. Os empregadores serviram-se delas por muito

27 NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIV, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos. 1987, COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. O sexo do Trabalho. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986. Pp 23-43. HIRATA, Helena. Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. In: Em Aberto, Brasília, ano 15, n. 65, jan./mar. 1995. Pp. 39-49

28 WELZER-LANG, Daniel. Op. Cit. P.461.

tempo, mas de maneiras diferentes, segundo a organização do mercado de trabalho.²⁹

A legitimação da dominação masculina se faz através de discursos que procuram naturalizá-la. É a divisão sexual do trabalho que divide os espaços: o público para os homens, já que seu órgão sexual é externo, conferindo a eles funções consideradas nobres e o privado para as mulheres, pois seu órgão sexual é interno, impondo a estas funções ditas inferiores. Essa percepção é incorporada ao todo social e ao próprio corpo sendo justificada pela diferença anatômica entre os órgãos sexuais, em que o princípio masculino se impõe como medida de todas as coisas. Segundo Welzer-Lang a reprodução humana e a paternidade são fenômenos construídos e manipulados socialmente para reforçar a dominação masculina e a reprodução humana.³⁰

A legitimação da divisão sexual do trabalho, bem como as distinções entre os sexos se pautam em uma explicação biológica:

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugaram-se para inverter a relação entre causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os 'gêneros' como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa.³¹

O discurso biológico busca explicar toda a desigualdade de gênero. Com isso, a divisão sexual do trabalho é vista como legítima e difícil de ser questionada devido a força dos argumentos que a constroem e a reproduzem como explica Bourdieu:

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada.³²

29 PERROT, Michele. O que é um trabalho de mulher. *In*: As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo: EDUSC. 1998 P.253

30 WELZER-LANG. *Op. Cit.* P.461

31 BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* P. 9 - 10

32 Idem. P. 33

O próprio ato sexual, pensado sociologicamente, é uma relação de dominação. Os termos, (comer, meter), que os homens utilizam para descrever as suas práticas sexuais demonstram essa dominação. Por isso, o sexo para homens e mulheres tem sentidos diferentes, para os rapazes o ato é pragmático tem como fim o prazer e para elas essa prática é perpassada por sentimentos. A relação amorosa entre homens e mulheres possui sentidos distintos para ambos. Os homens pensam a relação pautada na lógica da conquista, do poder, do gozo. As mulheres vivem sua experiência amorosa carregada de afetividade. *Assim o gozo masculino é, por um lado, gozo do gozo feminino, do poder de fazer gozar.*³³

É possível reconstruir a divisão sexual do trabalho?

As explicações para a desigualdade entre os sexos e para divisão sexual do trabalho se inscrevem na ordem das coisas, nos corpos, nas instituições, no estado. Nessa ordem as mulheres ficam com as tarefas de menor prestígio social. Ultrapassar as barreiras impostas pela dominação masculina requer delas uma luta contra uma ordem que é simbólica, política, econômica e social. Tal dificuldade se faz porque:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus* moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre.³⁴

33 Idem. P. 30

34 Idem. Ibidem. P. 45

A divisão sexual do trabalho em sua objetividade produz uma forma de dominação em que as mulheres são sempre submissas. A dificuldade de ruptura com a dominação masculina se deve ao fato dos dominados serem vítimas da violência simbólica. Essa explicação dada por Bourdieu nos permite compreender de que forma a dominação masculina se reproduz e se reformula, por isso, o autor considera que não basta uma tomada de consciência da desigualdade de gênero pelas mulheres, pois a eficácia dessa dominação é pautada em discursos incorporados e reconhecidos pelas próprias vítimas. Ele considera que *os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)*.³⁵ Para Bourdieu uma forma de superação dessa dominação é o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, entretanto, mesmo com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e todos os avanços na legislação contra a desigualdade de gênero as mulheres continuam em uma situação de subalternidade, uma vez que as relações entre homens e mulheres no trabalho são sempre crivadas pelos valores de gênero. As mulheres são constantemente convocadas a serem gentis, sedutoras, carinhosas e maternais. As funções desempenhadas por elas são sempre desqualificadas. O mundo profissional é organizado por uma ordem de gênero em que:

o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realizá-las), as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre o costureiro e a costureira; basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas.³⁶

Ao pensarmos nas mudanças nas relações entre homens e mulheres devemos destacar a importante luta travada pelo movimento feminista, no final do século XX, contra a dominação masculina. Os discursos feministas denunciaram a desigualdade de gênero que excluía as mulheres do mundo público. Para Bourdieu os principais avanços que o movimento feminista possibilitou foi o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho e as transformações no modelo familiar. Com a autonomia econômica das mulheres o número de divórcios aumentou significativamente e a

35 Idem. P.51

36 Idem. P. 75

entrada das mulheres no mercado de trabalho acarretou transformações, mesmo que pequenas, na divisão sexual do trabalho e nos modelos tradicionais do masculino e do feminino. Segundo ele, *pode-se, assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina.*³⁷ Somado ao movimento feminista o movimento gay teve papel importante na transformação dos modelos de família e o questionamento do pressuposto da heterossexualidade como norma natural da sexualidade. Segundo Bourdieu esses movimentos e suas ações contribuíram para questionar a estrutura da dominação e ampliar o espaço de atuação das mulheres e para as possibilidades do exercício de outras sexualidades.

Mesmo com as mudanças apresentadas anteriormente, Bourdieu, atenta para as permanências nas relações de gênero, como o não acesso das mulheres aos postos mais altos e bem remunerados do mercado de trabalho, bem como às profissões consideradas de maior prestígio social. E quando as mulheres se inserem em campos considerados nobres, por exemplo, da medicina, a presença delas decresce nas especialidades mais valorizadas. Essas permanências se devem às estruturas que são objetivadas no todo social e na estrutura de pensamento de homens e mulheres. Para o autor embora tenha havido significativas mudanças na condição feminina, as estruturas tradicionais permanecem invisíveis sendo necessário uma análise objetiva dessas transformações:

A verdade das relações estruturais de dominação sexual se deixa realmente entrever a partir do momento em que observamos, por exemplo, que as mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que ‘pagar’, de certo modo, por este sucesso profissional com um menor ‘sucesso’ na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos etc.) e na economia de bens simbólicos; ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional (através, sobretudo, da aceitação de ‘vantagens’ que não são muito facilmente dadas às mulheres, a não ser quando as põem fora da corrida pelo poder: meio expediente ou ‘quatro quintos’).³⁸

Podemos verificar exemplos empíricos dessa questão com estudos realizados por algumas pesquisadoras. O trabalho de Londa Schienbinger intitulado, “O feminismo mudou a ciência”, relata a dificuldade das cientistas que são casadas em progredirem na carreira, principalmente, quando casam-se com homens que possuem

37 Idem. P. 108

38 Idem. P. 126

carreiras. Elas assumem os encargos de executarem todas as tarefas domésticas. A autora identifica, ainda, o quanto é vantajoso para um homem se casar, pois os solteiros que moram sozinhos progridem menos em suas carreiras que os casados. Isso demonstra o peso que a atividade doméstica acarreta na vida profissional. Com isso, ser cientista, esposa e mãe é um encargo que obriga as mulheres a fazerem uma escolha entre suas carreiras e o mundo doméstico. Schienbinger destaca que em média as mulheres com vida profissional trabalham quinze horas por semana em casa a mais que os homens. Assim a autora considera que o campo da ciência não será equalizado enquanto as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças forem de responsabilidade unicamente das mulheres.³⁹

Badinter e Susan Faludi analisam algumas correntes de pensamento contemporâneos, (até mesmo dentro do próprio feminismo), que reformulam o discurso da divisão sexual do trabalho, através da exaltação da maternidade e da felicidade das mulheres que abandonam sua vida profissional para se dedicarem a família. Essas autoras advertem para os riscos desses discursos, pois eles reafirmam na verdade o pressuposto da natureza complementar dos sexos que é a base da divisão sexual do trabalho e da dominação masculina.⁴⁰

Podemos definir a divisão sexual do trabalho de acordo com Helena Hirata e Danièle Kergoat como sendo a imputação do trabalho produtivo aos homens e o trabalho reprodutivo às mulheres. Embora atualmente as mulheres ocupem postos de trabalhos em diversas áreas da produção, ainda, é um desafio a repartição do trabalho doméstico. Para essas autoras a divisão sexual do trabalho é a base do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Entretanto, as autoras atentam para o fato de quanto é complexa essa divisão, pois ela é permeada por valores como amizade, amor e solidariedade. Dessa forma, embora exista uma vertente materialista/estruturalista para compreender essa problemática, se faz necessário pensar nas subjetividades dessa relação entre homens e mulheres. Para as autoras a divisão do trabalho entre os sexos é reinventada a cada dia. Por isso, Hirata e Kergoat, atentam para a dificuldade de se pensar a divisão sexual do trabalho na contemporaneidade, questionam se podemos falar

39 SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP : EDUSC. 2001. P.181-2001, esse pensamento é compartilhado por LYPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo : Companhia das letras, 2000. A autora demonstra a complexa relação das mulheres em conciliar carreira, em pensar sua vida amorosa e o trabalho doméstico.

40 FALUDI, Susan. Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro Rocco, 2001 e BADINTER, Elizabeth. Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos. São Paulo : Civilização Brasileira, 2003.

de significativas transformações nessa divisão ou de pequenos rearranjos entre o mundo da produção e o da reprodução.

Para Bourdieu essas transformações não alteram o pilar da divisão sexual do trabalho. Embora as mulheres ocupem postos de trabalho que tradicionalmente foram masculinos a participação delas é considerada inferior, pois as qualidades profissionais requisitadas são consideradas próprias do sexo feminino, ou seja, naturais. Por exemplo na construção civil é exaltada a capacidade da mulher em assentar pisos e azulejos, pois elas seriam mais detalhistas e delicadas, portanto, naturais. Na indústria de microeletrônica são elogiadas as habilidades femininas no manuseio na montagem de produtos, como demonstra a pesquisa de Hélène Le Dooaré nas fabricas de montagens no México e Haiti, as reflexões das autoras têm por objetivo demonstrar como se articulam capital e a divisão sexual do trabalho em contexto de globalização. Helena Hirata demonstra essa questão nas empresas japonesas, onde são exigidas das mulheres determinadas habilidades como delicadeza, minúcias, atenção aos detalhes dentre outras. Tais habilidades tidas como inatas e naturais ao sexo feminino, foram ensinadas a elas desde a infância, mas percebidas como naturais pelas indústrias. O objetivo desses discursos é desvalorizar o trabalho feminino e manter a diferença salarial entre os sexos.⁴¹

Falar de mudanças na divisão sexual do trabalho nos exige uma profunda análise das relações de gênero. Para Bourdieu:

Se as estruturas antigas da divisão do sexual parecem ainda determinar a direção e a forma das mudanças, é porque, além de estarem objetivadas nos níveis, nas carreiras, nos cargos mais ou menos fortemente sexados, elas atuam através de três princípios práticos que não só as mulheres, mas também seu próprio ambiente, põem em ação suas escolhas: de acordo com o primeiro destes princípios, as funções que convém às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço; que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem, portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada a funções subordinadas de auxiliar; o terceiro confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas.⁴²

41 Para maior compreensão dessa questão ver: KARTCHEVSKY, Andrée et Al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986 p.45 62 e p. 63 78

42 BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. P 112 e 113

Segundo Bourdieu os gêneros são produzidos e reproduzidos por instituições sociais. Podemos citar as quatro mais importantes delas: a escola, a família, a Igreja e o estado. O papel que cada uma exerce já descrevemos e analisamos anteriormente. O que nos interessa é refletir se as transformações nas relações de gênero advindas da luta do movimento feminista do final do século XX foram capazes de abalar as estruturas sociais que reproduzem as desigualdades de gênero, ou seja, se as instituições descritas anteriormente reformularam suas práticas e seus discursos. Acreditamos que uma transformação na divisão sexual do trabalho só se fará mediante profundas transformações nessas instituições. Como reformulação dos currículos escolares, as tarefas domésticas no interior da família e das instituições reguladas pelo Estado, pois do contrário as próprias mudanças na condição feminina obedecerão sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino.

As questões que norteiam nossa pesquisa são: uniões conjugais entre pessoas do mesmo sexo rompem com o modelo clássico, heteronormativo, da divisão sexual do trabalho? Há nelas mais equidade entre os casal? Essas uniões questionam os desestabilizam os argumentos que a constroem e a reproduzem a divisão sexual do trabalho? Para responder a essas questões realizamos entrevistas com casais homossexuais para apontar algumas elucidações para nossas questões. Como esses casais dividem as tarefas do lar e os valores de gênero compartilhados por eles. Para Bourdieu o movimento gay e os casais homossexuais colocam em questão os fundamentos da ordem heteronormativa e visam subvertê-la, nosso objetivo é tentar responder se as uniões homossexuais realizam essa feito.

Referencias Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. Um é o outro; relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADINTER, Elizabeth (org. e apres.). *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991

BORRILLO, Daniel. Homofobia história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte : Autêntica. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. O sexo do Trabalho. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1986.

DUBY, Georges. Le chevalier, la femme et le prêtre, Hachette. 1981.

FALUDI, Susan. Backlash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro Rocco, 2001 e BADINTER, Elizabeth. Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos. São Paulo : Civilização Brasileira, 2003.

GODELIER, Maurice. La production des grands hommes. Fayard, 1982.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daneéle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena. (Orgs). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo. Senac.2003.

HIRATA, Helena. Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. In: Em Aberto, Brasília, ano 15, n. 65, jan./mar. 1995.

KARTCHEVSKY, Andrée et Al. O sexo do trabalho. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

LAQUEUR, Thomas. *Inventado o sexo: corpo e gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEIBOWITZ, Lila. Aux commencements...: origines de la division sexuelle du travail et développement des premières sociétés humaines. In: CHEVILLARD et LECONTE. Travail des Femmes Pouvoir des homme, Montreuil, La Brèche – PEC, 1987

LYPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIV, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs). Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos.1987.

PERROT, Michele. O que é um trabalho de mulher. In: As mulheres ou os silêncios da história. São Paulo: EDUSC. 1998.

SCHIENBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: EDUSC. 2001.

SILVA, Marinete dos Santos. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã?: As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In: FARIA, Lia e :LÔBO, Yolanda. Vozes Femininas do Império e da República : Caminhos e identidades. Rio de Janeiro : Quartet e FAPERJ, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo : Brasiliense.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, nº 02, 200.

